

## I. Tabela de Notas

### Ata Notarial e Ônus da Prova no Código de Processo Civil Brasileiro de 2015 (André Villaverde de Araújo) \_\_\_\_\_ 41

1. Introdução _____	42
2. Evolução Histórica da Ata Notarial no Brasil _____	43
3. Conceito de Ata Notarial _____	45
4. Ônus da Prova _____	47
4.1. Natureza Jurídica do Ônus da Prova _____	48
4.2. Teorias Sobre o Ônus da Prova _____	49
4.3. O Ônus da Prova no CPC/1973 _____	50
4.4. Ônus da Prova no CPC/2015 _____	50
5. A Ata Notarial Como Meio de Prova e a Distribuição do Ônus da Prova. _____	52
6. Conclusão _____	53
7. Referências _____	54

### Mediação e Conciliação nas Serventias Extrajudiciais (Gustavo Paula Leite Rocha Junior) \_\_\_\_\_ 59

1. Introdução _____	60
2. Serventias Extrajudiciais _____	62
3. Mediação e Conciliação _____	64
4. Mediação e Conciliação nas Serventias Extrajudiciais _____	67
4.1. Mediação e Conciliação e os Notários _____	68
4.2. Mediação e Conciliação e os Registros Públicos _____	72

5. Conclusão _____	73
6. Referências _____	74

### Reflexões Notariais Sobre o Direito Real de Laje (Lucas Barelli Del Guércio) \_\_\_\_\_ 79

1. Introdução. _____	80
2. Noções básicas do que são Direitos Reais e características do registro imobiliário pátrio. _____	84
3. Necessidade de diferenciar o direito real de laje do direito real de superfície e do condomínio. _____	86
4. A escritura pública de alienação de unidade imobiliária autônoma, ou da laje. _____	92
4.1. Considerações Iniciais. _____	92
4.2. Requisitos da escritura pública de alienação da laje. _____	93
4.2.1. Dos alienantes e adquirentes. _____	94
4.2.2. Do objeto. _____	96
4.2.2.1. Cessão do direito real de laje para construção. _____	96
4.2.2.2. Alienação de Laje já construída. _____	97
4.2.3. Do preço. _____	98
5. Conclusão. _____	99
6. Referências _____	100

## **Procuração Pública – Requisitos a Serem Observados Pelo Tabelião na Realização do Ato (Otávio Guilherme Margarida) \_\_\_\_\_ 103**

1. Introdução _____	104
2. Procuração _____	104
2.1. Noções Gerais _____	104
2.2. O Tabelião e a procuração pública _____	105
3. Requisitos relativos aos outorgantes e aos poderes concedidos – casos de obrigatoriedade da procuração pública _____	107
3.1. Incapacidade absoluta ou relativa em decorrência de menoridade _____	109
3.2. Outorgantes analfabetos ou incapacitados de assinar _____	110
3.3. Da pessoa com deficiência nos termos da Lei 13.146 de 6 de julho de 2015. _____	111
4. Outorgantes pessoas jurídicas – particularidades _____	114
5. Considerações finais _____	116
6. Referências _____	116

## **Homologação do Penhor Legal Pela Via Extrajudicial (Vitor Frederico Kümpel e Rodrigo Pontes Raldi) \_\_\_\_\_ 119**

1. Introdução _____	120
2. Desjudicialização e jurisdição voluntária _____	121
2.1. Fenômeno da desjudicialização _____	121
2.2. Conceito e natureza jurídica da jurisdição voluntária: necessidade de homologação judicial _____	124
3. Penhor convencional e legal _____	125
4. Procedimento de homologação do penhor legal pela via extrajudicial _____	131

5. Conclusões _____	132
6. Referências _____	133

## *II. Tabelião de Protestos*

### **O Protesto Extrajudicial de Outros Documentos de Dívida (Arthur Del Guércio Neto) \_\_\_\_\_ 139**

1. Introdução. _____	140
2. Evolução – rompendo barreiras! _____	142
3. Outros Documentos de Dívida. _____	144
3.1. Decisões Judiciais _____	145
3.2. Contratos de Locação de Bens Imóveis _____	148
3.3. Encargos Condominiais _____	151
3.4. Emolumentos e Despesas de Serventia Extrajudicial _____	154
3.5. Contratos de Honorários Advocatícios _____	155
4. Conclusão. _____	159
5. Referências _____	160

### **O Protesto Extrajudicial das Certidões da Dívida Ativa (José Luiz Germano) \_\_\_\_\_ 163**

1. Introdução. _____	164
2. A origem do protesto. _____	164
3. Justiça congestionada. _____	165
4. Não compensa processar. _____	167

5. O cabimento do protesto das certidões de dívida ativa. _____	169
6. Desjudicialização. _____	171
7. A função social do protesto. _____	172
8. Conclusão. _____	174

### III. Registro Civil das Pessoas Naturais

#### Os Serviços Extrajudiciais e o Estatuto da Pessoa com Deficiência - O binômio inclusão e segurança jurídica (Janaina Isa Colombo Vantini) 179

1. Introdução _____	180
2. O Olhar Extrajudicial Para a Pessoa Natural Com Deficiência _____	186
2.1. Quanto à Acessibilidade _____	186
2.2. Quanto à Análise da Capacidade Civil _____	190
3. O Registro Civil das Pessoas Naturais e Seu Papel Frente à LBI _____	198
4. Conclusão _____	205
5. Referências _____	206

#### Anotação Registrária dos Descendentes em Assento de Nascimento e de Óbito dos Pais: Proposta de Prevenção e Efetividade de Acesso à Legítima (Raquel Helena Valési) \_\_\_\_\_ 209

1. Introdução _____	210
2. O Registro Civil Como Instrumento de Reconhecimento Efetivo do Direito de Personalidade _____	211
3. Registro de Nascimento e Óbito: Busca da Identidade Familiar _____	216

4. Anotação Registrária: Instrumento de Acesso à Legítima Pelos Descendentes _____	219
5. Conclusão _____	224
6. Referências _____	225

### IV. Registro de Imóveis

#### Servidão por Destinação do Proprietário: Um Estudo Sob a Perspectiva Histórico-Comparada (Francisco José de A. P. Ferraz Costa Junior) \_\_\_\_\_ 231

1. Introdução _____	232
2. O surgimento do instituto _____	233
3. Código Civil Francês e sua repercussão _____	236
4. Direito luso-brasileiro pré-codificado _____	238
4.1. A discussão bibliográfica no direito brasileiro codificado _____	239
4.2. Análise crítica do problema _____	243
5. Conclusões _____	246
6. Referências _____	247

#### Partilhas em Separação e Divórcio no Estado de São Paulo - O Excesso de Meação e a Incidência de ITCMD (Maria do Carmo de Rezende Campos Couto) \_\_\_\_\_ 251

1. Introdução _____	252
2. Breves Noções de Obrigação Tributária e a Regra-Matriz de Incidência Tributária _____	252
3. O Excesso de Meação. O Imposto Incidente- ITBI ou ITCMD _____	255

4. A Hipótese de Incidência do ITCMD. O Fato Gerador	259
5. A Base de Cálculo	260
6. A Constituição do Crédito Tributário. A Declaração do ITCMD	267
7. Outras Questões Relevantes	270
8. O Papel Fiscalizador do Notário e do Registrador.	274
9. O Limite da Fiscalização do Registrador.	276
10. Conclusão	281
11. Bibliografia	281

**O novo instituto da legitimação fundiária na regularização fundiária urbana. Primeiras reflexões sobre a Lei 13.465, de 11 de julho de 2017 (Naila de Rezende Khuri)** 285

1. Introdução	286
2. Dos Assentamentos Urbanos Informais	287
2.1. Origem e conceito	287
2.2. A importância de identificar os assentamentos informais	290
3. Da Regularização Fundiária Urbana dos Assentamentos Informais	292
4. Da Legitimação Fundiária	294
4.1. Primeiras Considerações	294
4.2. Conceito	296
4.3. Natureza Jurídica	298
4.4. Registro do título de legitimação fundiária	299
4.5. Legitimação fundiária nos imóveis públicos, áreas de risco e Áreas de Preservação Permanente	304
4.5.1. Legitimação Fundiária nos Imóveis públicos	304

4.5.2. Legitimação Fundiária nas Áreas de Preservação Permanente	305
4.5.3. Legitimação fundiária nas áreas de risco	308
5. Função Social do Registro de Imóveis na Legitimação Fundiária	309
6. Conclusão	312
7. Referências	315

**Da análise da natureza jurídica do mandato, da procuração e da procuração em causa própria (Plínio Schenk Junior)** 321

1. Breve introdução.	322
2. Da representação.	323
3. Do mandato e da procuração: análise de identidade e alteridade dos institutos.	329
3.1. A concepção de mandato.	329
3.2. A concepção de procuração.	335
3.3. Distinções conclusivas do exame das concepções.	337
4. Análise conceptiva da procuração em causa própria.	338
4.1. Solução à problemática.	347
5. Referências.	349

**Presunção relativa de discordância em caso de silêncio na usucapião extrajudicial: Estudo de caso de Portaria Judicial de Corregedor, que normatiza soluções, e do texto relacionado ao tema no Projeto de Lei PLV 12/2017, em trâmite no Congresso Nacional (Rafael Ricardo Gruber)** 353

1. O procedimento extrajudicial de reconhecimento da usucapião	354
--	-----

2. O entrave ao procedimento extrajudicial de reconhecimento da usucapião _____	355
3. Estudo de Caso: Portaria 01/2016 do Juiz Corregedor Permanente da Comarca de São Caetano do Sul-SP _____	357
4. Estudo do Projeto de Lei PLV 12/2017, em trâmite no Congresso Nacional _____	373
4.1. Análise inicial do texto do PLV 12/2017 e a situação de sua tramitação legislativa _____	373
4.2. Méritos do texto proposto no PLV 12/2017 e comparação com a Portaria do Juízo Corregedor objeto de estudo no presente artigo _____	379
5. Conclusões e considerações finais _____	383
6. Referências _____	386

## V. Assuntos Gerais Notariais e Registrais

### **Usucapião Extrajudicial no Registro de Imóveis Brasileiro: Uma Inspiração na Experiência Peruana (Christiano Cassettari) \_\_\_\_\_ 391**

1. A Criação da Usucapião Extrajudicial no Direito Brasileiro. _____	392
2. Da Origem do Instituto e da Problemática de Sua Aplicação Prática. _____	394
3. Referências. _____	400

### **Cartórios e a Excelência no Relacionamento com o Cliente (Gilberto Cavicchioli) \_\_\_\_\_ 403**

1. Introdução _____	404
2. Aspectos conceituais sobre o setor de serviços _____	405

3. Histórico dos cartórios e sua evolução na qualidade de atendimento a seus usuários _____	407
4. A evolução da qualidade no atendimento aos usuários de Cartório _____	408
5. A cultura da qualidade no atendimento ao cliente _____	414
6. O Relacionamento com o Cliente _____	416
7. Referências _____	419
<b>Interino, um precioso ator coadjuvante! (Joana Malheiros) _____ 421</b>	<b>421</b>
1. Introdução _____	422
2. Atividade extrajudicial: registral e notarial _____	423
3. Titularidade da atividade _____	424
4. Regime Jurídico _____	425
5. Função pública - Princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência _____	428
6. Interino _____	430
6.1. Conceito _____	430
6.2. Atuação do interino _____	432
6.3. Autonomia e independência no exercício da função – direitos e deveres _____	433
6.4. Responsabilidade do interino pela prática dos atos lavrados _____	434
7. Conclusão _____	437
8. Referências _____	438

## **Tipos disciplinares da Lei dos Notários e Registradores (art. 31, incisos I a V, da Lei 8.935/94): uma abordagem interdisciplinar sob a ótica do Direito Penal e Administrativo (Thales Ferri Schoedl) \_\_\_\_\_ 441**

1. Introdução _____	442
2. Questão norteadora: a ausência de distinção ontológica entre os ilícitos penais e administrativos _____	445
3. A taxatividade no âmbito penal e a atipicidade das faltas disciplinares na esfera administrativa _____	450
4. Infrações disciplinares – ou tipos disciplinares – da Lei dos Notários e Registradores _____	455
5. A taxatividade mitigada no âmbito administrativo-disciplinar como método de contenção do arbítrio _____	460
6. Considerações finais _____	465
7. Referências _____	466

## **O Discurso de Ódio na Internet e Redes Sociais Contra Notários e Registradores: Liberdade de Expressão ou Violação da Dignidade da Pessoa Humana? (Tiago Baptistela) \_\_\_\_\_ 471**

1. Introdução _____	472
2. O Discurso de Ódio na Internet e Redes Sociais _____	473
3. Os Notários e Registradores Vítimas dos Discursos de Ódio _____	476
3.1. A atividade notarial e registral “Cartórios” _____	476
3.2. O discurso de ódio contra notários e registradores _____	478
4. O Discurso de Ódio: a Liberdade de Expressão em Conflito com a Dignidade da Pessoa Humana _____	482
4.1. A liberdade de expressão e a dignidade da pessoa humana _____	482

4.2. A colisão do princípio da liberdade de expressão com o da dignidade da pessoa humana _____	484
5. Conclusões _____	486
6. Referências _____	487

## **Holding Familiar e o Planejamento Sucessório (Viviane Barelli Del Guércio) \_\_\_\_\_ 493**

1. Introdução _____	494
2. Holding Familiar: Conceito e Vantagens de Sua Utilização no Planejamento Sucessório _____	496
3. Governança Corporativa e Familiar _____	498
4. Sucessão nas Holdings Familiares _____	499
5. Conclusão _____	500
6. Referências _____	501